

Um breve estudo sobre desigualdades vivenciadas por alunos com deficiência na pandemia da COVID-19

Jessica Hilário PINTO¹
Gláucia Vieira CÂNDIDO²

Resumo

O artigo refere-se a um breve estudo acerca de situações de desigualdades que pessoas com deficiência podem enfrentar no contexto educacional brasileiro. Por meio de uma abordagem qualitativa, o objetivo desta pesquisa foi refletir sobre a inclusão em experiências vividas por estudantes com algum tipo de deficiência durante o período da pandemia da COVID-19. Para tanto, investigou-se um *corpus* composto por dados obtidos por meio da aplicação de um questionário respondido por um conjunto de mães, responsáveis por acompanhar, em suas respectivas casas, seus filhos com deficiência durante as aulas remotas. Os resultados deste estudo revelam que, no contexto pesquisado, apesar de os princípios de inclusão terem levado à criação de diversas leis e decretos, ainda é necessário reconhecer a complexidade que envolve a efetivação da educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação. Desigualdade. Inclusão. Pessoas com Deficiência.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Goiás. Professora Efetiva na Escola Municipal Professora Maria Eugênia Pessoa Borges. ORCID. <https://orcid.org/0000-0002-0055-0534>
E-mail: jhessica_hilario@hotmail.com

² Doutora em Linguística (2004) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente do Departamento de Linguística e Língua Portuguesa. ORCID. <https://orcid.org/0000-0002-3790-9192>
E-mail: glaucia_candido@ufg.br

A brief study about inequalities experienced by students with disabilities during the COVID-19 pandemic

Jessica Hilário PINTO
Gláucia Vieira CÂNDIDO

Abstract

The article refers to a brief study about situations of inequality that people with disabilities may face in the Brazilian educational context. Using a qualitative approach, the objective of this research was to reflect on inclusion in the experiences of students with some type of disability during the COVID-19 pandemic. To this end, a corpus composed of data obtained through the application of a questionnaire answered by a group of mothers, responsible for monitoring, in their respective homes, their children with disabilities during remote classes was investigated. The results of this study reveal that, in the researched context, although the principles of inclusion have led to the creation of several laws and decrees, it is still necessary to recognize the complexity involved in implementing inclusive education.

Keywords: Education. Inequality. Inclusion. Disabled people.

Un breve estudio sobre las desigualdades experimentadas por estudiantes con discapacidad en la pandemia de COVID-19

Jessica Hilário PINTO
Gláucia Vieira CÂNDIDO

Resumen

El artículo hace referencia a un breve estudio acerca de las situaciones de desigualdad que las personas con discapacidad pueden enfrentar en el contexto educativo brasileño. A través de un abordaje cualitativo, el objetivo de esta investigación fue reflexionar sobre la inclusión en experiencias vividas por estudiantes con algún tipo de discapacidad durante el periodo de la pandemia del COVID-19. Para ello, se investigó un corpus compuesto por datos obtenidos mediante la aplicación de un cuestionario contestado por un conjunto de madres, responsables por acompañar a sus hijos con discapacidad, en sus respectivos hogares, durante las clases remotas. Los resultados revelan que, en el contexto investigado, aunque los principios de inclusión hayan llevado a la creación de diversas leyes y decretos, aún es necesario reconocer la complejidad que involucra la concreción de la educación inclusiva, especialmente en situaciones de crisis como la vivida en razón de la pandemia del COVID-19.

Palabras clave: Educación. Desigualdad. Inclusión. Personas con Discapacidad.

Introdução

Este artigo apresenta resultados de um estudo cuja temática são as desigualdades ainda dominantes nos contextos educacionais no Brasil, mais especificamente, as sofridas por pessoas com algum tipo de deficiência. O foco nessa temática se deve, primeiramente, ao fato de esta ser um dos principais problemas que reforça a persistência das desigualdades sociais vividas pela população brasileira de modo geral e, assim sendo, tratar-se de um assunto que necessita ser abordado de forma mais aprofundada no âmbito acadêmico.

Soma-se a isso, a necessidade de realização de mais pesquisas voltadas para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)³, da Organização das Nações Unidas (ONU). Em especial, do objetivo 10, ou seja, o ODS que possui, como uma de suas metas⁴, a pretensão de reduzir, no Brasil, as desigualdades, de modo a alcançar a efetivação de justiça social para diversos grupos classificados como minorias, dentre os quais o das pessoas com deficiência.

Acrescente-se ainda a essas motivações, a questão de que as autoras são docentes, que, nessas condições, possuem oportunidades, em seus ambientes de atuação, de observar experiências vividas por estudantes com deficiência. Além dos discentes, impossível deixar de notar o papel exercidos pelas famílias desse grupo de discentes, em particular, as mães que, na maioria dos casos, são as únicas responsáveis pedagógicas por seus filhos, sejam eles com e/ou sem deficiência.

Considerando a temática em questão, bem como as referidas preocupações norteadoras do estudo aqui apresentado, este texto pretende abordar de forma reflexiva algumas situações de desigualdades vivenciadas por pessoas com deficiência dentro de um recorte temporal recente em nossa história: o da pandemia, decretada a partir do mês de março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em função da infecção e morte de milhões de pessoas em todo mundo pelo Coronavírus SARS-Cov-2 (Covid-19).

Como outras mazelas registradas na História da humanidade, a pandemia da Covid-19 causou inúmeros e diversos males em todo o globo. Além da ameaça à organismo físico das pessoas, também a saúde mental dos indivíduos foi fortemente afetada em decorrência receio do perigoso vírus, que

³ Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável fazem parte da chamada “Agenda 2030”, o pacto global, assinado durante a Cúpula da Nações Unidas, em 2015. Essa agenda compreende 17 objetivos interconectados e desdobrados em 169 metas, as quais visam à superação dos principais desafios de desenvolvimento enfrentados pela população brasileira e mundial (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2022).

⁴ A meta 10.2 pretende, até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, de forma a reduzir as desigualdades, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, nacionalidade, religião, condição econômica ou outra. (Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods10.html>. Acesso em: 05 out. 2022.).

causou milhares de mortes e trouxe muita tristeza, ansiedade e angústia a grandes parcelas das populações mundiais. Outros fatores como a exigência de se estabelecer distanciamento social e a consequente crise financeira em virtude do fechamento de comércios também contribuíram para o aumento considerável de doenças psicológicas e psiquiátricas durante esse período.

A pandemia provocou alterações drásticas no cotidiano de todos, sobretudo no que se refere ao contato social. Não há dúvidas, porém, da importância, após decretada a crise sanitária mundial, do isolamento das pessoas em suas casas. Afinal, à medida que os casos de adoecimento por causa da Covid-19 se confirmavam e o aumento no número de óbitos avançava, evidenciava-se a necessidade de manutenção das medidas de higienização e de distanciamento social. Concomitantemente, também se acentuava a emergência da retomada, dentro do possível, das atividades profissionais dos diversos setores da sociedade (empresariais, industriais, cultura, entre outras) por meios alternativos como o *home office* e a oferta de prestação, quando possível, de serviços realizados de forma remota.

Neste estudo, destacamos as demandas da educação formal, as quais também tiveram que se adequar ao formato remoto. Após o período inicial de total paralisação/suspensão das atividades de ensino e aprendizagem nas instituições de ensino, professores, discentes e outros profissionais da educação retomaram suas atividades respeitando o distanciamento espacial determinado por decretos estaduais e pelo Ministério da Educação, ou seja, realizando suas atividades em seus respectivos domicílios.

De diferentes maneiras, especialmente do ponto de vista econômico, essa situação exigiu esforços de toda comunidade escolar. No caso dos docentes acostumados a ministrarem suas aulas na maioria das vezes presencialmente, estes tiveram que aprimorar habilidades e competências para a utilização de diversas tecnologias, como o *Google Meet*, o *Zoom*, *Classroom*, dentre outros, e elaborar propostas pedagógicas com foco na educação a distância para ministrar suas aulas, a princípio, no formato totalmente remoto⁵, posteriormente, também no formato híbrido⁶.

De maneira análoga, os estudantes também precisaram se adequar a essas duas possibilidades de realizar as atividades de educação formal, especialmente em função de dificuldades financeiras

⁵ Aulas ministradas exclusivamente no formato *online*, ou seja, o ensino/aprendizagem ocorrendo por meio de aplicativos e o uso da internet. Quando isso não era possível, em virtude de problemas técnicos, como a falta de sinal da internet ou de condições financeiras de adquirir pacotes de dados ou mesmo de computadores ou celulares, as atividades foram, em algumas situações, reproduzidas em papel para serem distribuídas com os cuidados necessários aos estudantes.

⁶ Metodologia em que se combina o ensino e a aprendizagem de forma presencial e remota, ou seja, em que alunos podem acompanhar os conteúdos ministrados pelos docentes tanto na sala de aula como em suas casas, de modo *on line* ou mesmo *off-line*.

Um breve estudo sobre desigualdades vivenciadas por alunos com deficiência na pandemia da COVID-19 que, na maioria dos casos, são enfrentadas por alunos das escolas públicas. A falta de estabilidade financeira agravou consideravelmente a situação desses discentes, sendo responsável por um número significativo de abandono dos estudos em função da exclusão digital de grande parcela da população.

Outro aspecto notado: em todas as classes sociais, houve necessidade de as famílias ampliarem sua participação no processo educacional escolar de seus filhos, em especial, dos estudantes da Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Esse complexo processo de alteração no formato de ensino/aprendizagem de milhares de estudantes em todo mundo durante a pandemia gerou e segue gerando muitas consequências nada benéficas para os brasileiros. No caso específico do ensino/aprendizagem de alunos com deficiência e da participação de seus responsáveis no formato remoto, é possível analisar dados gerados no período em que as aulas estavam ocorrendo no formato remoto. A esse respeito, já existem estudos publicados, como, por exemplo, o trabalho organizado por Neiza de Lourdes Frederico Fumes e Bruno Cleiton Macedo do Carmo (2021), em que estudiosos do tema expuseram, em nove capítulos do *e-book*, dados e suas impressões sobre como a crise educacional advinda da calamidade sanitária internacional por causa da Covid-19 evidenciou a exclusão vivenciada por pessoas com deficiências no cenário educacional.

Nessa linha de raciocínio, realizamos um breve estudo com foco em uma situação particular envolvendo um grupo de estudantes e suas famílias da cidade de Damolândia, um município brasileiro do interior do Estado de Goiás, com população de cerca de 2.900 habitantes. Para realizarmos o estudo, buscamos embasamento em Arroyo (2009), Bezerra e Reis (2011), Araújo (2014), Baudelot e Establet (2014), Pinto e Sobral (2017), Pinto e Cândido (2020), Pletsch (2020), Guia COVID-19 (2020), Saviani e Galvão (2020), Fumes e Carmo (2021), entre outros.

Partindo, portanto, de um breve caminhar pela trajetória dos formatos de desigualdades recorrentes no ambiente escolar durante o século XX, nosso objetivo principal nesse estudo foi enfatizar o percurso das pessoas com deficiência dentro e fora das instituições de ensino, no momento em que a pandemia da COVID-19 acontecia, particularmente na amostragem de alguns dados obtidos na cidade de Damolândia-GO, procurando por vestígios de inclusão.

Para realizar a pesquisa, primeiramente, realizamos um trabalho de campo para coleta de dados considerando as exigências de isolamento social vigentes. Dessa forma, a coleta de dados se deu por meio de chamadas de vídeo no aplicativo de *WhatsApp*, que tiveram, como interlocutoras, as responsáveis pedagógicas por um grupo de quatro alunos com deficiência matriculados em escolas

do referido município. Com base na aplicação de um questionário estruturado com perguntas abertas, foram coletados depoimentos de quatro mães de estudantes que, assim como os demais colegas, precisaram assistir às aulas remotas em decorrência da Pandemia da COVID-19. Após a constituição do corpus de pesquisa, os dados obtidos foram sistematizados e analisado com base nos fundamentos teóricos da Hermenêutica-Dialética (MINAYO, 2002).

História da Educação Pública no Brasil: percursos de desigualdade

O ensino público, no Brasil, se expandiu a partir de meados do século XX, com influência do processo de industrialização e de urbanização da sociedade, o qual ocasionou mudanças na estrutura tanto social como política do país. Entre essas mudanças, ressalta-se a prioridade do Estado por educação, o que, até aquele dado momento, era tido como privilégio de poucos, isto é, em geral dos grupos mais favorecidos, principalmente, na esfera econômica.

Naquela época, o ensino público era avaliado como sendo de boa qualidade, com salários pagos aos profissionais não defasados, infraestrutura considerada adequada, além da existência de material técnico e pedagógico apropriado para a educação formal e tecnológica. Contudo, essa não era uma realidade compartilhada por todas as pessoas; ao contrário, restringia-se a uma parcela mínima da população. A maioria seguia carente de instrução escolar e excluída do sistema formal de ensino.

Nesse contexto, contraditoriamente, a Constituição de 1967 previa a escolaridade como um direito de todos. Tratava-se de uma obrigatoriedade estatal, devendo ser ofertada de forma gratuita em um ciclo de, no mínimo, oito anos (BRASIL, 1967). Apesar disso, como já dito, poucos brasileiros, em geral pertencentes a grupos menos favorecidos dentro da sociedade, tiveram acesso a esse direito. Ou seja, embora a sexta Constituição brasileira tenha trazido garantias de acesso à chamada educação democrática, não houve a efetivação das condições necessárias para que esses indivíduos entrassem e permanecessem na escola até o findar de sua escolarização.

A esse respeito, Baudelot e Establet (2014, p. 199) relatam que o caminho escolar de um grupo representativo de alunos era semelhante a um processo de seleção e eliminação sociais. Os autores informam que, se no início desse processo, o peso relativo das crianças de classes sociais mais favorecidas era minoritário, com o passar dos anos, ele não parava de aumentar, em detrimento daquele referente aos estudantes advindos de classes menos favorecidas.

Por outro lado, não podemos deixar de exaltar o início do processo de democratização do ensino nesse cenário. Afinal, a partir do instante em que o ensino básico se torna obrigatório, mesmo como

Um breve estudo sobre desigualdades vivenciadas por alunos com deficiência na pandemia da COVID-19 oferta irrisória de vagas, a escola pública se transformou em uma instituição que, pelo menos nos documentos legais, garantia a igualdade de acesso à educação a toda população do país (ARAÚJO, 2014).

Considerando tal fator, é nítida a mudança que ocorreu nesse cenário, pois a desigualdade já instalada condizia com a falta de acesso à educação e essa disparidade passa a ser relacionada ao insucesso no interior da escola por parte das pessoas com menor poder aquisitivo. O fato é que, ainda que educadores transmitam conteúdos escolares aos discentes por meio de mesmas metodologias e linguagem, esses conteúdos não poderiam ser recebidos com a equidade esperada em função das desigualdades sociais.

Mediante tal situação, a população menos favorecida também passou a reconhecer e a reivindicar educação de qualidade. No entanto, as barreiras a serem transpostas a fim de se alcançar esse direito expresso na legislação brasileira ainda seguem erguidas na atualidade. Afinal, mesmo que o cidadão almeje percorrer um percurso de formação digno e ininterrupto, muitas vezes acaba percebendo que suas chances de concluir esse trajeto são mínimas, por, possivelmente, estar entre “os 80% dos reprovados, repetentes, multirrepetentes, defasados, evadidos” (ARROYO, 2009, p. 153).

Datada de mais de uma década, a constatação de Arroyo (2009) segue ecoando e reforçando o fato de a educação formal no Brasil distanciar-se da contemplação das necessidades de grupos desfavorecidos na sociedade. Isso se deve a mazelas antigas enfrentadas pela educação pública, desde a falta de infraestrutura à falta de mais políticas públicas visando ao aperfeiçoamento e à atualização constante dos profissionais da educação, bem como o incentivo à formação de futuros docentes.

Voltando ao foco principal deste texto, ou seja, a educação formal direcionada às pessoas com deficiência, questões históricas podem explicar situações de exclusão e abandono escolar vivenciadas por elas atualmente. Assim, na próxima seção, será apresentado um breve histórico de como vem se construindo o processo de inclusão das pessoas com deficiência em escolas públicas.

Desigualdade: pessoas com deficiência e sua história

Mesmo sendo a diversidade humana um constituinte de quaisquer sociedades, a depender de como tais coletividades se organizam, “algumas expressões da diversidade podem resultar em fenômenos de desigualdade” (SANTOS, 2008, p. 510). Isso porque a ‘desigualdade’, definida como uma oposição ao conceito de ‘igualdade’, tende a afligir pessoas consideradas diferentes do padrão estabelecido pela sociedade como “normal”. Trata-se do caso de pessoas com deficiência, dentre

outros grupos minoritários, que constantemente vivenciam fenômenos de desigualdade tão somente por não se “encaixarem” nos padrões exigidos pela sociedade em que se inserem.

No âmbito dessas considerações, importa mencionar os padrões sociais de deficiência determinados historicamente. Primeiramente, o modelo social da deficiência, o qual foi construído em resposta ao modelo médico. Neste último, conforme Lanna Júnior (2010), as pessoas com deficiência são tratadas como “pacientes”, em cujos corpos são identificados algum “problema” ou “defeito”, que seria a causa do desvio da “normalidade” e um atributo exclusivo desses corpos. Fundamentado, portanto, em uma visão exclusivamente patológica da deficiência, o modelo médico de deficiência ignora o fator diversidade e fortalece a exclusão de pessoas com deficiência, com base em diagnóstico clínico de “anormalidade”.

A partir do modelo social, porém, passa-se a buscar o resgate da integridade da pessoa e sua inclusão em um espaço econômico, político e cultural. Nesse modelo, a explicação clínica da deficiência como um diagnóstico de patologia mostra-se insuficiente para que possamos compreender “as relações entre as pessoas, entre elas e o meio ambiente e entre elas e as regras de convívio estabelecidas” (CARVALHO, 2014, p. 35).

Historicamente, a deficiência física ou intelectual de alguém costuma gerar em outra pessoa sentimentos de compaixão, pena e até aversão, os quais podem ser explicados, entre outros fatores, pela falta de informações sobre as diversas deficiências existentes e também sobre as pessoas que as possuem. No passado, atitudes de rejeição total ou superproteção para com as pessoas com deficiências colaboraram fortemente com o surgimento de abrigos, hospitais e até mesmo prisões, onde esses seres humanos foram “depositados” (VIGNON; SALIBA, 2015, p. 212). Distantes de seus familiares e excluídas do restante da sociedade, as pessoas com deficiência também foram afastadas do meio escolar, limitando-se a conhecer somente ambientes assistencialistas.

No século XIX, após anos de pesquisa acerca da situação vivida por pessoas com deficiência, foram criadas, no Brasil e em outros países, práticas educacionais voltadas para a psicopatologia (PINTO; SOBRAL, 2017, p. 146). Enfocando transtornos e/ou doenças mentais, essas práticas envolviam tratamentos médicos voltados à reabilitação, readaptação ou readequação das pessoas com deficiências. O objetivo principal de tais tratamentos era, de modo geral, diminuir a carga de responsabilidade da família e da sociedade no sentido de tornar as pessoas com deficiências mais autônomas física e mentalmente. No entanto, isso ainda não garantia a educação para as pessoas com deficiência que continuavam de certa maneira segregadas.

Um breve estudo sobre desigualdades vivenciadas por alunos com deficiência na pandemia da COVID-19

Com o passar do tempo, centros de reabilitação e as chamadas “escolas especiais”, por exemplo, a Associação Pestalozzi de Goiânia⁷ e a APAE⁸ (VIGNON; SALIBA, 2015) foram surgindo. A partir desses acontecimentos, a sociedade parecia ter iniciado um movimento em direção da aceitação de que as pessoas com deficiência, com escolarização e treinamento especializados, poderiam ser “produtivas” em suas comunidades. Apesar do amadurecimento de tais ideias e, aparentes avanços, ainda são notórios a resistência e o preconceito no meio social. A ampliação do ensino, como mencionado na seção anterior, que tornou possível o acesso da minoria à escola pública, foi uma das metas da política educacional brasileira responsáveis por integrar pessoas com deficiência à escola, ao trabalho e à sociedade em geral, levando em conta a política integrada de desenvolvimento humano. No entanto, oferecer o acesso à educação para estudantes com deficiência não necessariamente quer dizer que esses discentes estivessem de fato apreendendo os conteúdos formais escolares de maneira equitativa. Isso pode ser observado em algumas situações ocorridas na chamada Escola Nova, um movimento de renovação do ensino que se desenvolveu fortemente na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, na primeira metade do século XX.

Nessa proposta educacional da Escola Nova, iniciou-se um processo de classificação de alunos a partir do uso de testes, como, por exemplo, o da escala do Quociente Intelectual (Q. I.), o qual definia níveis de inteligência. Com base nesses testes, os educandos eram separados e, assim, surgiam as chamadas “classes especiais”, as quais funcionavam tanto dentro do ambiente escolar como fora dele, caracterizando, notoriamente, o início de mais um tipo de ciclo de segregação (PINTO; CÂNDIDO, 2020).

Positivamente, em especial nas últimas décadas, as pessoas com deficiência começaram a reivindicar direitos a elas negados historicamente, de modo que políticas públicas em prol desse segmento social foram surgindo. No Brasil, tais políticas baseiam-se no atual documento-mor da legislação, a Constituição Brasileira de 1988. Assim, a partir de demandas individuais de cada tipo de deficiência, é possível observar que, cada vez mais, essas pessoas passaram a ser incluídas no mercado de trabalho e também no ensino regular, em que, conseqüentemente, foram percebidas suas

⁷ Fundamentada nos princípios da filosofia de Johann Heinrich Pestalozzi, estudioso que incorporou o afeto na sala de aula, a Associação Pestalozzi de Goiânia é uma instituição filantrópica fundada, em 1970, por um grupo de pais, alunos e profissionais de educação. Disponível em: <https://pestalozzigoiania.org>. Acesso em: 30 ago. 2023.

⁸ Denominada inicialmente Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), trata-se de uma instituição que emergiu para “cobrir a ineficiência do Estado em prestar devida assistência às pessoas com Deficiência Intelectual ou Deficiência Múltiplas. Disponível em: <https://apaebrazil.org.br/conteudo/quem-somos>. Acesso em: 30 ago. 2023.

necessidades e a carência de novas ideias capazes de implementar as diversificadas metodologias de ensino que se fizeram necessárias para melhor atendê-las. Tem-se, portanto, o início de uma nova forma de se enxergar a inclusão nas escolas (PINTO; CÂNDIDO, 2020, p. 316).

Contudo, ainda que a luta constante por direitos desse grupo minoritário de estudantes tenha ganhado força, é possível perceber dentro de inúmeras instituições de ensino situações a chamada “inclusão no papel” (PLETSCH, 2020, p. 61). Embora haja alunos com deficiência matriculados nas turmas regulares, muitos deles frequentam, na realidade, apenas as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou, ainda que adentrem a sala de aula comum a todos os estudantes e lá permaneçam, costumam realizar atividades diferentes das propostas para seus colegas ou, ainda em uma situação muito pior, são abandonados em um canto da sala de aula, ignorados como se fossem seres invisíveis incapazes de aprender.

Em suma, essas situações apontam processos de desigualdade sofridos por pessoas com deficiência há tempos imemoráveis. A implantação de importantes documentos garantindo direitos educacionais à pessoa com deficiência inegavelmente constitui um avanço. Todavia, isso ainda não se mostra suficiente, já que determinam o acesso de pessoas com deficiência à educação, porém ainda não garantem a efetivação da permanência desses estudantes no ambiente escolar.

Na crise sanitária internacional recente, proporcionada pela pandemia da Covid-19, as desigualdades no processo de escolarização das pessoas com deficiência foram ainda mais evidenciadas por ações emergenciais importantes, mas que, de modo geral, não atendiam às necessidades desse público discente. Dentre as ações realizadas pelo governo, está a da flexibilização dos dias letivos. A partir de abril de 2020, o artigo 1º da Medida Provisória N. 934 estabelece que

o estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, [...] desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino (BRASIL, 2020, p. 1).

A partir desse documento, Unidades da Federação brasileira discutiram a possibilidade de as atividades ocorrerem de forma remota. Essa modalidade inédita de ensino, consoante Saviani e Galvão (2020), distingue-se do ensino a distância por, em situação de emergência, não suprir o mínimo de condições necessárias para o ensino esperado. Além disso, os autores ressaltam as

Um breve estudo sobre desigualdades vivenciadas por alunos com deficiência na pandemia da COVID-19 dificuldades da maioria dos alunos e até de professores para ter a acesso às atividades educacionais realizadas de modo remoto.

A função social da escola é imprescindível para a formação humana (SOUZA E DAINEZ, 2020). Contudo, ao focalizarmos aspectos educacionais relacionados às pessoas com deficiência, não é difícil perceber que o ensino remoto não consegue efetivar tal função escolar. De modo geral, esse tipo de ensino mostrou resultados mais positivos para estudantes com facilidades econômicas para o acesso aos equipamentos necessários.

Além disso, não devemos nos esquecer das condições físicas e mentais necessárias aos discentes para assistir a horas de aula via telas de computadores ou de aparelhos celulares. Para a maioria de estudantes com deficiência na rede pública, o acesso à educação de modo remoto mostrou-se extremamente dificultado ou inexistente, de modo que as antigas desigualdades vividas por pessoas com deficiência e suas famílias na escola podem ter se acentuado em tempos de pandemia, conforme reflexões feitas na próxima seção.

Pandemia da COVID-19: a desigualdade sofrida por pessoa com deficiência

A discussão aqui apresentada possui, como ponto de partida, uma breve investigação de narrativas produzidas por mães de alunos com deficiência acerca das experiências educacionais vividas por seus filhos no período da pandemia da Covid-19. Todos os estudantes estavam matriculados na rede municipal de ensino de Damolândia, uma cidade com população estimada em 2900 habitantes, situada a 50 km da capital do Estado de Goiás, Goiânia.

Embora o *corpus* de dados seja embrionário e a investigação tenha caráter introdutório, a expectativa é a de apresentar reflexões importantes sobre a inclusão na educação pública no mencionado município. Para isso, optou-se por realizar uma pesquisa de abordagem qualitativa, pautando-nos no fato de que aqui são abordados aspectos da realidade que não podem ser quantificados, mas centrando-nos na “compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓDORVA, 2009, p. 32). Assim sendo, nosso estudo se fundamenta aspectos que favoreçam o entendimento acerca de como se deu o ensino e a aprendizagem de estudantes com alguma deficiência, no *locus* de pesquisa acima referido, no período em que eles não podiam frequentar o ambiente escolar.

Os caminhos percorridos pelo estudo foram marcados por quatro etapas. A primeira delas definiu os participantes da pesquisa. O primeiro critério usado para isso foi a presença de laudo

médico e psicológico para alunos com deficiências, tais como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e/ou algum nível de Dislexia. Dentro do grupo de estudantes aptos a participarem da pesquisa, foram selecionadas as quatro participantes, todas elas mães de filhos com algum tipo de deficiência, matriculados na escola e que deveriam participavam das atividades no formato remoto.

A segunda fase da investigação consistiu na verificação de disponibilidade das participantes, o que ocorreu no momento em que lhes fora feito o convite para participar da pesquisa. Na terceira etapa, ocorreram os encontros para realização das entrevistas, os quais se deram, em horário previamente marcado, de forma individual e por intermédio de chamadas de vídeo, no aplicativo *WhatsApp*. As entrevistas se iniciavam com a apresentação do tema e dos objetivos da pesquisa, seguida de um instante para que as participantes pudessem tirar dúvidas. Também nesse momento, foram feitas a leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Ainda nesta etapa, as participantes se comprometeram em expor suas opiniões acerca da pesquisa e a responder às questões de maneira espontânea, sem que houvesse direcionamento por parte das pesquisadoras. Visando à neutralidade no processo de coleta de dados para pesquisa, as entrevistadoras se comprometeram a não intervir nas respostas das participantes.

A quarta e última etapa baseou na Hermenêutica-Dialética, a qual possibilita uma reflexão fundamentada em duas abordagens para a “condução do processo ao mesmo tempo compreensivo e crítico de análise da realidade social” (MINAYO, 2002, p. 14). Seu desenvolvimento se deu basicamente por meio da ordenação, classificação e análise propriamente dita das narrativas das mães dos alunos com deficiências, disponibilizadas nas respostas ao questionário usado na pesquisa.

O quadro, a seguir, contém uma síntese de informações básicas das participantes da pesquisa, tais como idade, atuação profissional, a deficiência (caso haja) de seus filhos e a série em que eles estudavam na época da realização das entrevistas com suas responsáveis. É preciso explicar que, para cumprir o princípio de impessoalidade, os nomes das participantes não serão divulgados. No presente estudo, para fazer referência individual a cada uma delas, resolvemos fazer uma homenagem às vacinas criadas para combater o Sars-Cov-19. Assim, nossas colaboradoras receberão os fictícios nomes de Mãe *Coronovac*, Mãe *Astrazaneca*, Mãe *Pfizer* e Mãe *Janssen*.

Um breve estudo sobre desigualdades vivenciadas por alunos com deficiência na pandemia da COVID-19

Tabela I: Mães de estudantes da rede municipal de Damolândia – GO

Participantes da pesquisa	Idade	Atuação profissional	Turma do filho	Deficiência do filho
Mãe <i>Coronavac</i>	40 anos	Professora	4º ano	Não possui.
Mãe <i>Astrazaneca</i>	30 anos	Dona do lar	5º ano	Dislexia.
Mãe <i>Pfizer</i>	25 anos	Confeiteira	3º ano	Não possui.
Mãe <i>Janssen</i>	39 anos	Professora	4º ano	Autista.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Para obtenção dos dados para constituição do *corpus* da pesquisa, aplicamos um breve questionário constituído por três perguntas abertas, com a possibilidade de, caso as entrevistadas quisessem, pudessem expandir suas respostas além do que estava sendo solicitado na questão. Essa estruturada foi pensada de modo a efetivar a natureza impessoal do estudo assegurar concordância na avaliação de cada situação exposta. As questões que constituíram o questionário foram as seguintes:

- 1) Qual foi sua atitude ao se deparar com seu filho precisando de você também para realizar as atividades da escola? (Início do ensino remoto)
- 2) Os professores deram as instruções e apoio necessários para que o ensino fosse realizado de maneira satisfatória?
- 3) Você pensou em desistir da formação de seu filho em algum momento?

A primeira pergunta refere-se à atitude que as mães participantes da pesquisa tiveram em relação ao fato de se verem também na obrigação de ajudar seus filhos a realizar atividades escolares, antes realizadas na escola, mas, em função da pandemia, então realizadas em suas residências. Em suas respostas, todas as participantes foram unânimes no relato de suas angústias, especialmente, nos primeiros dias de ensino remoto. Na sequência, porém, informam ter conseguido conciliar a rotina doméstica com a tarefa de apoiar seus filhos nas atividades escolares remotas.

De acordo com os dados, algumas responsáveis por estudantes com deficiência optaram por deixar seus filhos assistindo aos vídeos explicativos dos professores; outras escolheram explicar o conteúdo seguindo rigorosamente o cronograma de atividades disponibilizado pela escola. Nesses termos, entende-se que a acessibilidade prevista no parecer N. 05, de 28 de abril de 2020, foi parcialmente alcançada, pois, segundo esse documento,

as atividades pedagógicas não presenciais, mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, adotarão medidas de acessibilidade igualmente garantidas, enquanto perdurar a impossibilidade de atividades escolares presenciais na unidade educacional da educação básica e superior onde estejam matriculados (BRASIL, 2020b, p. 14).

No entanto, uma das participantes, a Mãe *Janssen*, informou que seu filho não se adaptou à rotina de atividades escolares realizadas em casa, mostrando-se sempre relutante em fazer as atividades. De modo que, nesse caso, portanto, a acessibilidade prevista no parecer N. 05, de 28 de abril de 2020, de fato não foi alcançada. Na análise das demais respostas, em consonância com o *Guia COVID-19* (2020, p. 11), constatamos a importância da revisão e da adequação dos objetivos e das expectativas de aprendizagem para o período de isolamento, pois, caso contrário, pode se desconsiderar o papel social da escola como formadora de cidadãos.

Outro aspecto a ser evidenciado diz respeito aos conteúdos disciplinares que professores precisavam passar aos estudantes em isolamento. A esse respeito, a Mãe *Coronavac* diz: “Parece que o conhecimento foi diminuído ao mínimo que os professores conseguissem, só para que os alunos não ficassem em casa ‘à toa’ sem terem o que fazer, acho que era uma forma de não deixarem esquecer o que já tinham aprendido”. Com a mesma impressão, Saviani e Galvão (2021, p. 42) relataram que, na época da pandemia, havia

pouco ensino, pouca aprendizagem, pouco conteúdo, pouca carga-horária, pouco diálogo. Em contrapartida, temos muitas tarefas. Do lado dos alunos, estes supostamente passam a ser “autônomos” e vão em busca do próprio conhecimento, assoberbados com a multiplicação de leituras, vídeos, *podcasts*, *webinários* etc.

Em consonância com os autores, notamos que, a despeito dessa redução no ensino dos conteúdos escolares, no diálogo entre professores e alunos e da carga-horária das disciplinas, houve aumento considerável no número de atividades docentes. Há relatos de que, mesmo estando em casa, os docentes enfrentavam dificuldades para conciliar sua carga horária de trabalho (organizar materiais, responder mensagens de seus alunos e ministrar aulas). Por sua vez, também alunos precisaram colocar em prática o autodidatismo, já que muitas vezes precisavam entender conteúdos disponibilizados para sua turma sozinhos ou buscar ajuda de membros da casa para tentar compreender o que estava lhes sendo “ensinado”.

Um breve estudo sobre desigualdades vivenciadas por alunos com deficiência na pandemia da COVID-19

A segunda pergunta direcionada às mães participantes de nossa pesquisa abordou o papel exercido por professores no tocante a instruções e apoio aos alunos e responsáveis durante a realização das atividades propostas. A esse questionamento, a Mãe *Coronavac* respondeu que, para o filho, considerou que o atendimento recebido teria sido dado de maneira que considerou mediana ou regular. A Mãe *Astrazeneca* informou em sua resposta não ter tido nenhum problema, já que teve total apoio da professora da turma. Em contraponto, a Mãe *Pfizer* relatou dificuldades, posto que houve necessidade de buscar ajuda com outras pessoas. Segunda a entrevistada, o educador de seu filho não respondia às suas chamadas. Outro fator complicador, conforme relato dessa genitora, foi a dificuldade de não conseguir sanar dúvidas do filho por meio dos vídeos disponibilizados.

Nesses depoimentos, portanto, é possível identificar posturas bastante distintas dos profissionais da educação que atuavam com os filhos das participantes de nossa pesquisa. Em relação ao relato da Mãe *Pfizer*, estudos mostraram que, em consequência da tensão imperante na pandemia, alguns comportamentos dos profissionais seriam justificados pela exigência de adaptações ao ensino remoto, o que havia lhes trazido sobrecarga de trabalho e “até mesmo pelas circunstâncias decorrentes do distanciamento social” (SCHORN; SEHN, 2021, p. 4).

Em sua resposta à pergunta 2, Mãe *Janssen* complementa: “Parecia que meu filho não estudava na turma. Era como se ele fosse invisível. Até confundir o nome dele, o professor confundiu. A professora de apoio apenas ‘adaptava’ as atividades, como se isso fosse o suficiente para que ele as realizasse e assim aprendesse”. Esse não é um relato de experiência única, infelizmente. Em nossa prática docente e por experiência pessoal, sabemos que essa também foi a realidade da maioria dos alunos com deficiência, na rede pública, sobre durante o período pandêmico. A conexão entre o conhecimento e o aluno em aulas remotas foi difícil para todos os alunos, mas, em relação aos que possuem algum tipo de deficiência, evidenciaram-se muito mais dificuldades por parte de alguns profissionais em incluir adequadamente.

Em estudo publicado antes da crise sanitária instaurado pela Covid-19, Bezerra e Reis (2011, p. 30) já discutiam experiências negativas vividas por estudantes com deficiência e seus responsáveis, bem como apontavam caminhos para os profissionais da educação seguirem com o objetivo de mudar essa situação. Para essas autoras, é preciso que

as pessoas envolvidas no processo persistam, aceitem os desafios, acreditem que é possível e ampliem as ações empreendidas. Só assim a educação deixará de ser uma mera formalização, um aspecto garantido pela legislação e por documentos

educacionais – como ainda é vista por muitos. Passará, desse modo, a ser cada vez mais real nas escolas (BEZERRA; REIS, 2011, p. 30).

Com a terceira pergunta, buscou-se identificar nas respostas das participantes a possibilidade de elas terem pensado, durante a pandemia, em desistir da formação escolar de seus filhos. Sobre isso, a Mãe *Coronavac* respondeu: “Sim, desisti! Mas logo procurei auxílio de uma profissional da área para ajudá-lo em casa, porque já não estava conseguindo fazer com que fossem realizadas as atividades com minha ajuda. Então preferi pagar!”. À semelhança de Mãe *Coronavac*, sabe-se que muitas outras mães tomaram decisões semelhantes, por consideravam que seus lares não estariam sendo vistos pelos filhos como um ambiente de estudo e essa resistência naturalmente fez com que buscassem novos recursos.

Por sua vez, a Mãe *Astrazeneca* respondeu ao questionamento, afirmando nunca ter pensado em desistir, pois, segundo ela, até teria conseguido que seu filho continuasse a realizar as atividades. É certo que, “em alguns dias”, relata, “ele não fazia nenhuma delas”. A genitora relata que, nessas ocasiões, o filho apresentava alterações de comportamento, mostrando-se choroso, trancando-se no quarto, de modo que era preciso deixar que se acalmasse para, apenas no dia seguinte, tentar reiniciar as atividades. Contudo, nessas situações, a professora mostrava-se bastante compreensiva e tinha uma postura de acolhimento para com seu aluno com deficiência.

A esse respeito, cabe lembrar as palavras de Bezerra e Reis (2011) acerca da necessidade de empatia e compreensão por parte dos profissionais em relação às condições de vida de alunos que precisam de atenção especial. Isso implica ter em mente o tempo todo a importância de nos lembrarmos que o respeito “às diferenças individuais e a grande diversidade de formas de aprendizagem presentes no contexto escolar consideram a singularidade de cada um, privilegiando suas competências” (BEZERRA; REIS 2011, p. 22).

Ainda em relação à pergunta 3, a participante Mãe *Janssen* deu-nos a seguinte resposta:

Pensei seriamente em tirá-lo da escola. Ele não desenvolveu nada durante essa pandemia. Ele não conseguia conciliar que em casa também era lugar de estudar. Então, as atividades ficaram sem serem realizadas. Cheguei ir à escola pedir ajuda para que ele voltasse à escola, mas, no primeiro momento, não podia, porque nenhum aluno havia voltado. Só após alguns meses, é que me chamaram para assinar o termo de autorização para que ele frequentasse a escola três vezes por semana para que ele fosse se adaptando à rotina novamente. Voltar o ajudou muito!

Um breve estudo sobre desigualdades vivenciadas por alunos com deficiência na pandemia da COVID-19

No depoimento, acima transcrito, evidencia-se, em nossa percepção, o fato de alunos com deficiência serem constantemente postos de lado, como se fossem seres invisíveis. Uma vez mais, retomamos o *Guia COVID-19* (2020, p. 10), para lembrarmos que

esse descaso reflete a invisibilidade ainda chocante que essa parcela da população enfrenta no Brasil, tanto na educação quanto em outros setores, apesar dos significativos avanços legislativos. Estudantes da Educação Especial parecem ocupar ainda o lugar de estudante de segunda categoria para a qual a educação é um favor, um mérito a ser conquistado.

De modo geral, todas as entrevistadas relatam ter passado por muitas dificuldades no que tange à adaptação de seus filhos ao ensino remoto. Embora tais dificuldades tenham se apresentado para todas as famílias, independente do fato de seus entes serem ou não estudantes com deficiência, a rotina de alunos com deficiência e de suas famílias apresenta-se mais extenuante. É o que podemos perceber na narrativa da participante Mãe *Janssen*, cujo filho apresenta TEA. Segundo a genitora, a decisão de tirar seu filho da escola foi preponderante para que, enfim, a escola se mobilizasse para atendê-lo conforme suas necessidades especiais. Ainda assim, isso foi feito por meio do acionamento de profissionais que não possuíam a formação adequada para incluir alunos com deficiência, já que suas atuações se limitavam a enviar atividades para o aluno, em que eram adaptadas para níveis inferiores aos de seus colegas, sem apresentações de ações mais concretas que pudessem levá-lo a apreender o conteúdo ministrado para toda turma. Dessa maneira, ainda que tenha havido a iniciativa em princípio positiva, ela acabou por excluí-lo, posto que não estivesse realizando as atividades que os demais colegas estavam executando.

Enfim, esses dados corroboram a ideia de que as situações de desigualdade vivenciadas no passado pelas pessoas com deficiência seguem persistindo na atual alidade. Em especial, demonstram que essas desigualdades se acentuaram durante a pandemia da Covid-19. Como esperado, esse panorama trouxe incômodo aos estudantes e suas famílias, bem como a todos que continuam enxergando barreiras que não deveriam se fazer presentes na vida de pessoas com algum tipo de deficiência e suas famílias.

Portanto, ainda se mostram necessários o engajamento e o compromisso de todas as esferas da sociedade na efetiva inclusão das pessoas com deficiência no meio escolar. Como já dito, atitudes conscientes ou não de exclusão devem aniquiladas para dar lugar ao (re)conhecimento de que a diferença é normal. Nesses termos, importa ressaltar que as diferenças, em especial, as representadas

por deficiências de quaisquer tipos, não causem temores ou outros sentimentos inconcebíveis na atualidade e que, principalmente, não sejam alvo de preconceitos em profissionais da educação. Ao contrário disso, que as diferenças sejam oportunidades para ampliarmos nossos conhecimentos sobre nós mesmos e nossos pares, porque é isso que somos: iguais em nossas diferenças.

Considerações Finais

Este estudo abordou de forma reflexiva situações de desigualdade vivenciadas por estudantes com deficiência em escolas públicas em tempos de pandemia. Especificamente, essa abordagem se deu por meio da apresentação dos resultados da análise de dados levantados na aplicação de um breve questionário apresentada a um grupo de mães de estudantes com e sem deficiência da rede pública municipal da cidade de Damolândia, no interior do Estado de Goiás.

Na primeira seção, discorremos sobre a trajetória histórica da desigualdade no âmbito escolar. Como vimos, ela já se faz presente desde a fundação das instituições públicas de ensino regular. Embora houve a oferta de educação gratuita e de qualidade nas escolas, o que de fato ocorreu foi que a permanência de estudantes com deficiências apenas efetiva-se para aqueles que conseguiam acompanhar conteúdos repassados pelos professores. Enfim, a forma de lecionar era direcionada à elite, de modo que o estudante que não conseguia acompanhar o ritmo ditado pelos educadores, acabavam abandonando os estudos.

Na seção seguinte, foi apresentada uma breve trajetória histórica de pessoas com deficiência até o momento em que enfim tiveram assegurado o direito de frequentar escolas comuns, fato que reflete lutas constantes desses cidadãos por mais espaço na sociedade. Apesar de já existirem leis que garantam o acesso e a permanência de alunos com deficiências nas escolas, ainda se evidenciam circunstâncias que corroboram a ideia de que os direitos assegurados pela legislação não saíram dos papéis. A realidade que se apresenta e que, na condição de profissionais da educação, muitas vezes confirmamos, é que de fato a inclusão ainda não funciona tão bem. E isso devido a diversos fatores, como o descaso de governantes, a falta de formação de profissionais e, por vezes, de interesse em buscar especializações na área da inclusão, e também de infraestrutura das escolas, dentre outros.

Embora nosso estudo não necessite ser usada para generalização de uma situação, outros estudos sobre a temática, além de dados estatísticos e a própria experiência das mães participantes desta pesquisa, leva-nos a refletir que a escola pública brasileira ainda está reproduzindo a exclusão dos grupos ditos “não dominantes”, e que é nesse ambiente em que as “vozes” desses grupos são

Um breve estudo sobre desigualdades vivenciadas por alunos com deficiência na pandemia da COVID-19 silenciadas. Consequentemente, não lhes é permitido apresentar suas identidades, seus contextos de convivência e suas realidades.

Conforme discussões que tem se realizado já há alguns anos, esse processo precisa ser modificado para práticas pedagógicas que se fundamentem na diversidade, não de forma isolada, mas no contexto em que estão inseridos. Porém, para que isso ocorra, mostra-se primordial sensibilizar todos os envolvidos na educação das pessoas com deficiência. Todos precisam (re)conhecer a diversidade e sua importância não apenas em prol dos estudantes com deficiência, mas de toda sociedade. Nesses termos, o olhar da sociedade e, principalmente, das instituições de ensino para a inclusão precisa se distanciar de posicionamentos arcaicos que se fundamentam na homogeneidade, que nada mais é do que uma visão preconceituosa que não admite a diversidade. Para tanto, é fundamental que posturas excludentes sejam repensadas e aniquiladas do meio escolar e social.

A pandemia da COVID-19, dentre tantas consequências infelizes, também nos trouxe experiências importantes com muitas oportunidades de aprendizado, sendo um deles a necessidade de olhar o outro, no caso estudantes com deficiência, como um ser único, naturalmente diferente. Em função desse ser, é preciso que sejam pensadas/criadas metodologias específicas para a educação inclusiva, de modo que ele possa aprender juntamente como seus pares.

Ao voltar o olhar para a breve pesquisa, evidenciamos sua função de mostrar como a desigualdade ainda foi e ainda segue sendo vivenciada por alunos com deficiência. Cabe aqui expressar nosso anseio de que as escolas, em que ainda é possível constar a força dessa desigualdade, reflitam sobre suas práticas, de modo a evitar o menosprezo que muitos desses alunos seguem recebendo.

Na condição de profissionais da educação, colocamo-nos no lugar de quem deve sempre enxergar as eficiências de todos os nossos alunos e, nas deficiências diversas, visualizar oportunidades para aprender e ensinar cada vez mais. Deixar de lado o modelo médico e partir para o modelo social, em que se aprende com a pessoa a melhor forma de ensiná-la, são caminhos possíveis em prol da inclusão verdadeira.

Por fim, acreditamos que nosso estudo tenha apontado para a relevância em se falar sobre a discriminação vivenciada pelas pessoas com deficiência. Isso pode tornar possível reconhecer que, assim como os professores e os estudantes com deficiência, as famílias desses últimos também fazem parte de uma relação repleta de complexidade. Assim sendo, essas famílias também merecem atenção, pois se bem compreendidas, avanços na educação inclusão serão vistos e a justiça será feita.

Referências

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Educação e Desigualdade: A Conjuntura Atual do Ensino Público no Brasil. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Editora Unijuí, ano 2, n. 3, jan./jun., 2014. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia> Acesso em: 06 set. 2021.

ARROYO, Miguel González. O direito à educação ameaçado: segregação e resistência. In: ARROYO, Miguel González; ABRAMOVICZ, A. (Orgs.). **A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos**. Campinas, SP: Papyrus, 2009. p. 129-159.

BEZERRA, Cláudia S. G. B.; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. Educação Inclusiva: do paradigma da igualdade para o paradigma da diversidade. **Revista Polyphonia**, v. 22, n.1, p. 19-32, 2011.

BAUDELLOT, Christian; ESTABLET, Roger. **Escola, a luta de classes recuperada**. R. Pós Ci. Soc. V. 11, n. 22, jul/dez, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 24 de janeiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEP n. 05, de 28 de abril de 2020**, publicado no DOU de 01 de jun. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Medida provisória nº 934**, de 1º de Abril de 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv934.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 6. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

FUMES, Neiza de Lourdes Frederico; CARMO, Bruno Cleiton Macedo do (Orgs.). **Deficiência, educação e pandemia [recurso eletrônico]: a desigualdade revelada**. Maceió, AL: EDUFAL, 2021.

GUIA COVID-19. **Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. 2020. Disponível em: <https://campanha.org.br/acervo/guia-7-covid-19-educacao-especial-na-perspectiva-inclusiva/> Acesso em: 02 out. 2021.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

Um breve estudo sobre desigualdades vivenciadas por alunos com deficiência na pandemia da COVID-19

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Hermenêutica-Dialética como Caminho do Pensamento Social*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Caminhos do Pensamento: epistemologia e método**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos>. Acesso em: 05 out. 2022.

PINTO, Jessica Hilário; SOBRAL, Osvaldo José. Uma escola para todos: possibilidades de inclusão por meio da Escuta Sensível. **REVELLI**, v. 9 n. 2. Junho/2017. p. 142-161.

PINTO, Jessica Hilário; CÂNDIDO, Gláucia Vieira. Inclusão escolar e nomenclaturas para pessoas com deficiência: algumas reflexões com professores de Damolândia/GO. **Cadernos de Gênero e diversidade**: v. 06, n. 03 – jul.-set., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/38381/24065> Acesso em: 10 out. 2021.

PLETSCH, Marcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira? Momento – **Diálogos em Educação**, v. 6, n. 3. p. 57-70, 2020.

SANTOS, Wederson Rufino dos. **Pessoa com deficiência: nossa maior minoria**. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/SDWpCmFGWgn69qtRhdqqGSy/#>. Acesso em: 10 maio 2023.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade e Sociedade**, n. 67, p. 36-49, 2021.

SCHORN, Solange Castro; SEHN, Amanda Schöffel. **Competências socioemocionais: reflexões sobre a educação escolar no contexto da pandemia**. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/4346.pdf> Acesso em: 01 out. 2021.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓDORVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: GERHADT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SOUZA, Flavia Faissal de; DAINÉZ, Débora. Educação especial e inclusiva em tempos de pandemia: o lugar de escola e as condições do ensino remoto emergencial. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.15, p. 1-15, 2020.

VIGNON, Luana; SALIBA, Marco. **Guia do educador: teorias pedagógicas: educação infantil**. 1. ed. São Paulo: Eureka, 2015.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 24/11/2022

Aprovado em: 22/08/2023